

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.930
Preferenciais	7.887
Total	18.817
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	45.329	48.518	47.192
1.01	Ativo Circulante	8.089	11.831	11.138
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.439	9.412	8.760
1.01.02	Aplicações Financeiras	57	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	57	0	0
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	57	0	0
1.01.03	Contas a Receber	3.532	2.362	2.293
1.01.03.01	Clientes	3.532	2.362	2.293
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	61	57	85
1.01.08.03	Outros	61	57	85
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	12	48	85
1.01.08.03.03	Despesas pagas antecipadamente	49	9	0
1.02	Ativo Não Circulante	37.240	36.687	36.054
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.012	6.613	5.489
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	638	51	185
1.02.01.01.03	Títulos e valores mobiliários	638	51	185
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	444	491	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.930	6.071	5.304
1.02.01.09.03	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.786	5.971	5.228
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	144	98	76
1.02.01.09.06	Outros ativos não circulantes	0	2	0
1.02.04	Intangível	23.228	30.074	30.565

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	45.329	48.518	47.192
2.01	Passivo Circulante	1.668	8.213	6.961
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	152	159
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	43	43
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	109	116
2.01.02	Fornecedores	513	6.379	2.619
2.01.03	Obrigações Fiscais	608	428	466
2.01.05	Outras Obrigações	547	1.254	3.717
2.01.05.02	Outros	547	1.254	3.717
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	162	903	2.805
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	155	145	696
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	230	206	216
2.02	Passivo Não Circulante	1.000	952	770
2.02.02	Outras Obrigações	472	306	233
2.02.02.02	Outros	472	306	233
2.02.02.02.03	Taxas regulamentares	444	277	212
2.02.02.02.04	Outros passivos não circulantes	28	29	21
2.02.04	Provisões	528	646	537
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	528	646	537
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	528	646	537
2.03	Patrimônio Líquido	42.661	39.353	39.461
2.03.01	Capital Social Realizado	30.916	30.916	30.916
2.03.04	Reservas de Lucros	11.745	8.437	8.545
2.03.04.01	Reserva Legal	6.183	6.183	6.183
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	5.562	2.254	2.362

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	35.395	28.614	25.406
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.818	-24.429	-19.644
3.03	Resultado Bruto	12.577	4.185	5.762
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-676	-762	-1.676
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-676	-762	-1.676
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.901	3.423	4.086
3.06	Resultado Financeiro	706	756	17
3.06.01	Receitas Financeiras	1.024	955	455
3.06.02	Despesas Financeiras	-318	-199	-438
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.607	4.179	4.103
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.392	-1.174	-953
3.08.01	Corrente	-1.392	-1.174	-953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.215	3.005	3.150
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.215	3.005	3.150
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,60000	0,16000	0,17000
3.99.01.02	PNA	0,60000	0,16000	0,17000
3.99.01.03	PNB	0,60000	0,16000	0,17000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	11.215	3.005	3.150
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.215	3.005	3.150

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.029	7.011	11.868
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.230	5.514	12.196
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	12.607	4.179	4.103
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.853	1.968	3.095
6.01.01.03	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-245	32	305
6.01.01.04	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	127	78	92
6.01.01.05	Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-2.139	-743	0
6.01.01.06	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	27	0	4.601
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.201	1.497	-328
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-1.170	-69	-71
6.01.02.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-250	-199	-80
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	0	0	298
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	46	-465	-18
6.01.02.07	Outros ativos	0	0	311
6.01.02.08	Fornecedores	-5.866	3.760	575
6.01.02.10	Taxas regulamentares	177	-486	80
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	173	-48	-591
6.01.02.13	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pagos	-1.136	-965	-812
6.01.02.14	Depósitos judiciais	-46	-22	-20
6.01.02.20	Outros passivos	-129	-9	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.354	-1.343	-896
6.02.01	Aquisição intangível	-710	-1.477	-729
6.02.02	Resgate de títulos e valores mobiliários	860	350	0
6.02.03	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-1.504	-216	-167
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.648	-5.016	-4.779
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.648	-5.016	-4.779
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.973	652	6.193
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.412	8.760	2.567
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.439	9.412	8.760

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.916	0	8.437	0	0	39.353
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.916	0	8.437	0	0	39.353
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.254	-5.653	0	-7.907
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-2.254	0	0	-2.254
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-5.653	0	-5.653
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.215	0	11.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.215	0	11.215
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.562	-5.562	0	0
5.06.04	Reserva especial de dividendos não distribuídos	0	0	5.562	-5.562	0	0
5.07	Saldos Finais	30.916	0	11.745	0	0	42.661

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.916	0	8.545	0	0	39.461
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.916	0	8.545	0	0	39.461
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.362	-751	0	-3.113
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-2.362	0	0	-2.362
5.04.09	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-751	0	-751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.005	0	3.005
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.005	0	3.005
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.254	-2.254	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	2.254	-2.254	0	0
5.07	Saldos Finais	30.916	0	8.437	0	0	39.353

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.916	0	12.460	0	0	43.376
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.916	0	12.460	0	0	43.376
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.277	-788	0	-7.065
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-6.277	0	0	-6.277
5.04.09	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-788	0	-788
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.150	0	3.150
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.150	0	3.150
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.362	-2.362	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	2.362	-2.362	0	0
5.07	Saldos Finais	30.916	0	8.545	0	0	39.461

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	37.796	29.973	26.525
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.511	29.973	27.425
7.01.02	Outras Receitas	-27	0	-588
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-27	0	-588
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	312	0	-312
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.462	-21.398	-15.886
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.084	-16.917	-11.138
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.378	-4.481	-4.748
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.334	8.575	10.639
7.04	Retenções	-2.853	-1.968	-3.095
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.853	-1.968	-3.095
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.481	6.607	7.544
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.024	955	455
7.06.02	Receitas Financeiras	1.024	955	455
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.505	7.562	7.999
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.505	7.562	7.999
7.08.01	Pessoal	0	49	463
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	31	374
7.08.01.02	Benefícios	0	18	44
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	45
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.081	4.301	3.916
7.08.02.01	Federais	4.081	4.301	3.916
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	209	207	470
7.08.03.01	Juros	186	199	438
7.08.03.02	Aluguéis	23	8	32
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.653	3.005	3.150
7.08.04.02	Dividendos	5.653	3.005	3.150
7.08.05	Outros	5.562	0	0
7.08.05.01	Reserva especial de dividendos não distribuídos	5.562	0	0

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2016, a Afluyente Geração teve um desempenho econômico-financeiro robusto, ainda que num contexto macroeconômico adverso, com pressões sobre custos financeiros e operacionais. O Ebitda foi 174% maior que 2015, alcançando o valor de R\$14,7 milhões, e o lucro líquido foi de R\$ 11,2 milhões, mais de 3 vezes superior ao ano anterior.

Ao apresentar os resultados de 2016, a Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2017, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2016 foi marcado pela recessão da economia brasileira, alta no índice de desemprego e deterioração dos indicadores econômicos, consequência dos desequilíbrios acumulados no ciclo de expansão dos anos anteriores e da crise política que aumentou a incerteza do mercado sobre a recuperação da economia. Resultando em uma redução de 3,5% no PIB brasileiro em relação ao ano de 2015, de acordo com a projeção do Relatório Focus do Banco Central de 30 de dezembro de 2016.

Esse cenário refletiu-se no setor elétrico com o decréscimo no consumo de energia. Comparando o consumo acumulado até dezembro de 2016 com o mesmo período do ano anterior, o Nordeste apresentou retração de 0,3% e o Brasil de 0,9% de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Os principais indicadores econômicos que afetam a operação da Companhia são: (i) Indicadores de Inflação - IPCA e IGPM e (ii) Taxas de Juros – TJLP e CDI. O primeiro grupo é utilizado como correção de preços e serviços prestados e contratados pelas empresas do Grupo. Já o segundo grupo compreende os indicadores que servem como principais indexadores de dívida da Companhia.

O IPCA e IGPM sofreram uma redução em relação ao ano de 2015. O IPCA e IGPM no acumulado do ano de 2016 registraram 6,28% e 7,19% respectivamente, contra 10,67% e 10,54% em 2015.

A TJLP e CDI sofreram aumento em relação ao ano de 2015. A TJLP durante o ano de 2016 registrou o valor de 7,5% a.a., em contrapartida no início de 2015 a taxa apresentada era de 5,5% e sofreu constantes aumentos até finalizar o ano em 7,0%. Quando comparamos o CDI acumulado de 2016 com o ano anterior, observamos uma variação positiva de 0,76 p.p..

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

As expectativas do Banco Central para 2017, de acordo com o Relatório Focus, é que o PIB apresente um crescimento de 0,5% em relação ao de 2015. Quanto aos indicadores econômicos é esperado que a inflação permaneça controlada, visto a projeção de 4,87 e 5,08 % a.a. para o IPCA e IGPM, respectivamente.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída em 31 de agosto de 2005. A base acionária da Companhia é composta pela Neoenergia S/A (87,8%), Iberdrola Energia S/A (8,5%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,3%) e um free float de 1,37%.

A Afluyente G é proprietária das UHEs Alto Fêmeas e Presidente Goulart, no Estado da Bahia. A UHE Alto Fêmeas, localizada no Rio das Fêmeas no município de São Desidério, gera energia elétrica por meio de três unidades geradoras que totalizam 10,65 MW de potência instalada e garantia física de 8,55 MW médios. Já a UHE Presidente Goulart, localizada no Rio Corrente no município de Correntina, gera energia elétrica por meio de duas unidades geradoras que totalizam 8 MW de potência instalada e garantia física de 7,22 MW médios.

A Companhia é resultado do processo de desverticalização previsto para o setor elétrico brasileiro, pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Em 5 de setembro de 2005, por meio da Resolução Autorizativa nº 306, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu a anuência da versão do patrimônio, a transferência de concessão, a reestruturação societária para fins de segregação de atividades da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), a criação da Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. e a obrigação de celebração do contrato de geração e transmissão da empresa desverticalizada. As ações da Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba.

Em 26 de maio 2006 foi publicado o Despacho nº 1.115/2006, através do qual a ANEEL aprovou o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE), celebrado entre a Coelba (compradora) e Afluyente (vendedora) em 28 de abril de 2006, amparado pelo processo de desverticalização, no montante de até 148.920 MWh anuais. O referido contrato vigorará até o exercício de 2027. O último reajuste das tarifas foi autorizado através da Resolução Homologatória nº 2.066, de 2016, para R\$ 208,96/MWh.

No dia 1º de dezembro de 2009, através da Resolução Autorizativa n.º 2.219, a ANEEL autorizou a cisão das concessões de geração e transmissão, passando os ativos e passivos de transmissão da Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluyente G&T") para Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A. Posteriormente, a Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. teve sua razão social alterada para Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A.

O contrato de concessão nº 002/2010, celebrado entre a União e Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A., foi assinado em 20 de dezembro de 2010 vigente estará vigente até agosto de 2027. O contrato visa regular a exploração, pela Concessionária, dos potenciais de energia hidráulica

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

das Usinas Hidrelétricas. A Afluyente G é composta por duas Usinas Hidrelétricas (UHEs) denominadas UHE Presidente Goulart e UHE Alto Fêmeas - ambas localizadas no Estado da Bahia. A energia elétrica é gerada por meio de cinco unidades geradoras com capacidade nominal total de 18,65 MW.

A UHE Presidente Goulart, em função da média de geração da usina estar abaixo dos 90% estabelecidos pela Portaria MME n.º 463, de 3 de dezembro de 2009, teve sua garantia física reduzida, por meio de Portarias do MME, até chegar ao patamar de 7,2 MWmédios, com a publicação ocorrida em 30 de julho de 2012. A garantia física de Alto Fêmeas também foi reduzida de 9 MWmédios para 8,55 MWmédios.

Os novos valores da garantia física de energia foram considerados para fins de alocação no MRE e para verificação do lastro dos respectivos Contratos de Venda de Energia a partir de 1º de janeiro de 2013.

Em agosto de 2012, a Afluyente G recebeu o Ofício nº 246/2012-SRG/ANEEL que notificou sobre a exclusão da UHE Presidente Goulart do MRE a partir de janeiro de 2014, tendo em vista o não atendimento dos limites de geração estabelecidos na Resolução Normativa nº 409/2010. A Afluyente G se manifestou junto à ANEEL quanto à exclusão do MRE justificando-se em função da parada de 12 meses para modernização da UG2. Em resposta à manifestação da Companhia, em 19 de dezembro de 2013, a Agência publicou o Despacho nº 4.320, que permitiu a permanência da usina no MRE a partir de janeiro de 2014.

Em agosto de 2014 foi realizada nova aferição da média de geração e, como a geração da usina não atendeu novamente os limites estabelecidos por meio da Resolução Normativa nº 409/2010, a UHE Presidente Goulart constou na relação das centrais hidrelétricas que seriam excluídas do MRE pela CCEE a partir de 1º de janeiro de 2015, publicada por meio do Despacho nº 3.706, de 12 de setembro de 2014. Sendo assim, em janeiro de 2015, a referida UHE foi excluída do MRE.

Em janeiro de 2016, a UHE Presidente Goulart poderia optar pelo retorno ao MRE, mantendo sua nova garantia física, no entanto, a companhia optou por mantê-la fora do MRE durante o ano de 2016. Para o ano de 2017, nova análise deverá ser realizada para definir a opção a ser adotada em relação ao retorno da mesma ao MRE.

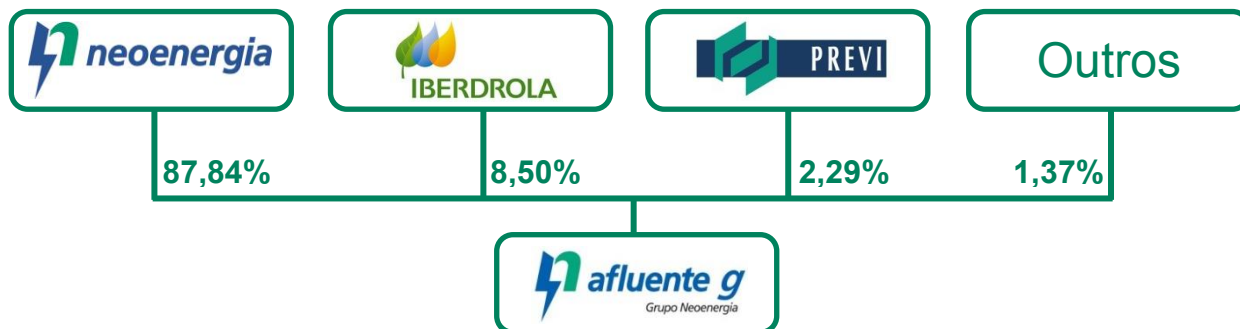
Desta forma, a Afluyente G firmou contratos com a NC Energia até final 2016 para a recomposição do lastro da UHE Alto Fêmeas e da UHE Presidente Goulart.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)



De acordo com o Fato Relevante publicado pela Afluyente G em 28 de novembro de 2016, sua controladora Neoenergia S.A. firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças com a Contour Global do Brasil Participações LTDA, vendendo a esta a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Afluyente G. Após a conclusão da operação, a Neoenergia deixará de deter qualquer participação no capital social da Afluyente G e a Contour adquirirá o controle societário da Companhia.

Conforme o disposto no Contrato de Compra e Venda, a conclusão da operação está sujeita, ainda, aos termos e condições geralmente adotados nesta espécie de transação, incluindo a autorização de órgãos governamentais, como CADE - Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência e a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e a realização, pela Contour, de uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações com direito a voto de emissão da Afluyente G detidas pelos acionistas da Companhia remanescentes, nos termos do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e conforme as disposições da Instrução CVM nº 361/02 (“OPA”).

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do **Grupo Neoenergia** buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da Neoenergia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

3.1 Estrutura de Governança

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal será instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seus Acionistas nos termos da Lei.

Atualmente não há Conselho Fiscal instalado na Companhia.

Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, semanalmente ou extraordinariamente, sempre que exigida.

A Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da holding também são diretores de todas as Controladas da Neoenergia.

Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão e de Acompanhamento de Negócios. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês realizam reuniões mensais, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário.

3.2 Direito dos Acionistas e Política de Dividendos e JSCP

A Afluyente G possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, na forma da lei, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. Além disso, no Estatuto Social da Companhia prevê que as ações preferenciais classe "A" têm direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o lucro líquido, enquanto as ações preferenciais classe "B" têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias.

Em 2016, foram declarados dividendos de R\$ 3.005.031,19 (três milhões cinco mil trinta e um reais e dezenove centavos), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; e dividendos intermediários no valor de R\$ 5.653.762,73 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e três mil setecentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos).

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3.3 Relações com Investidores

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a Afluyente G adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de “rating” e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A Afluyente G disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, “e-mail” (ri@neoenergia.com), no “site” Relações com Investidores (www.afluenteg.com.br – “link” RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões webconferences trimestrais e APIMEC anual com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado.

3.4 Integridade e Ética

A AFLUENTE GERAÇÃO tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira e com as melhores práticas em termos de ética empresarial. Além disso, envida esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética e em suas Políticas de Integridade.

Para atingir seus propósitos a AFLUENTE GERAÇÃO adota as ações constantes do Programa de Integridade da NEOENERGIA, com a orientação e apoio de sua Superintendência de Compliance, a qual é responsável por a) planejar, conceber, executar, manter e avaliar o Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; b) elaborar e revisar Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; c) identificar, avaliar e propor medidas de mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência do Grupo aos princípios da legalidade e de combate à corrupção; d) investigar os casos de conduta em desconformidade com o Código de Ética e políticas de integridade; e) treinar executivos e colaboradores sobre temas relacionados com ética empresarial e legislação anticorrupção; f) propor medidas de prevenção relacionadas com comportamento ético e aderente à legislação; g) coordenar o comitê de ética, que é responsável pela disseminação da cultura de integridade ética por toda a organização.

Ao longo de 2016 foram conduzidas ações do Programa de Integridade da Neoenergia aprovado pelo seu Conselho de Administração, principalmente relacionadas à comunicação e treinamento envolvendo princípios éticos e legislação anticorrupção.

O esforço da Neoenergia em sua jornada de integridade foi recompensado pela conquista, já em sua primeira participação, do Prêmio Empresa Pró Ética - 2016, concedido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, evidenciando a aderência de seu Programa de Integridade às melhores práticas empresariais em termos de prevenção e aderências aos requisitos da legislação anticorrupção brasileira.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3.5 Gestão de Riscos

Em 2016 foi implantada a área de Gestão de Riscos na Neoenergia com objetivo de trazer mais transparência para os processos corporativos e suporte na tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A área é coordenada pela Superintendência de Planejamento Financeiro e Riscos e se reporta à Diretoria Financeira e Relações com Investidores. As responsabilidades da área são a) elaborar e monitorar os Mapas de Riscos nos negócios de Distribuição, Geração, Comercialização, Transmissão e Holding b) definir Políticas de Riscos para o Grupo e cada negócio da companhia; c) realizar avaliação de rating de fornecedores de serviços e produtos; d) elaborar relatórios e informações externas relacionadas aos riscos da companhia (CVM, ANEEL) d) suportar as áreas Financeiras e de Contabilidade na precificação e contabilização de instrumentos financeiros e) disseminar a cultura de Gestão de Riscos pelo Grupo Neoenergia.

Um marco importante do ano de 2016, para a área de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia, foi a aprovação, pelo Conselho de Administração da Neoenergia, das três primeiras Políticas de Riscos: Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, Política de Risco de Crédito e Política de Risco para Negócio de Distribuição. As políticas estão alinhadas às melhores práticas de mercado e tem como principal objetivo a maior previsibilidade dos resultados, com foco em eficiência.

Também em 2016, a área de Gestão de Risco atuou através da Comissão de Riscos, órgão consultivo que se reúne periodicamente, com os principais executivos da companhia, para discutir a metodologia para identificação, quantificação, monitoramento e ações de mitigação de riscos. A área de Riscos atua em conjunto com as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria, no apoio ao planejamento estratégico do Grupo Neoenergia e alinhado às expectativas de Acionistas, Investidores e Órgãos Reguladores.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram em 2014 um dos níveis de armazenamento mais baixos já observado na última década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios.

Como consequência, houve uma elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no mercado de curto prazo, sejam eles geradores ou distribuidoras.

Esse cenário acarretou em exposições financeiras nas empresas geradoras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit - usualmente conhecida pelo acrônimo *Generation Scaling Factor* (GSF) - que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores.

Importante destacar que as usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2015 elevou a necessidade de paradas programadas para execução de manutenções, o que expôs esses agentes aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. Assim, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo do valor máximo do PLD e, após consulta aos agentes de mercado realizada em 2014 por meio de Audiência Pública, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R\$ 388,48/MWh, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015, visando mitigar as exposições financeiras negativas dos geradores.

Em 2015 observamos a manutenção do cenário hidrológico desfavorável em grande parte do ano. Apesar da redução do valor máximo do PLD e do desligamento das usinas térmicas com custos de operação mais elevados durante o ano de 2015, a situação de déficit na alocação de energia GSF permaneceu impactando negativamente o resultado financeiro dos empreendimentos hidrelétricos.

Essa situação motivou a busca de soluções que mitigassem o impacto financeiro negativo observado pelos geradores hidrelétricos, sob risco de inviabilizar a continuidade dos negócios de determinados agentes. Nesse sentido, foi publicada a Medida Provisória nº 688, em 18 de agosto de 2015, que dispõe sobre as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Naquela ocasião, a principal condição para repactuação do risco hidrológico apresentada, foi o pagamento de um prêmio de risco pelos agentes de geração, a ser estabelecido pela ANEEL, a fim de que esse risco fosse transferido aos consumidores de energia por meio da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Em 08 de dezembro de 2015, a Medida Provisória nº 688 foi convertida na Lei nº 13.203, mantendo praticamente o mesmo texto apresentado anteriormente. Posteriormente, em 11 de dezembro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabeleceu os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração, bem como o valor dos prêmios de risco a serem pagos pelos agentes, de forma proporcional ao nível de proteção ao risco hidrológico desejado.

Em 21 de dezembro de 2015, a Neoenergia solicitou à ANEEL a homologação da repactuação do Risco Hidrológico e, em 28 de dezembro comunicou ao mercado sua intenção em repactuar o risco hidrológico de suas usinas, com exceção da UHE Teles Pires, UHE Belo Monte, PCH Sítio Grande e UHE Presidente Goulart. As duas primeiras não aderiram à repactuação, pois não foram impactadas pelos efeitos do GSF no ano de 2015. A PCH Sítio Grande tem sua energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre e a repactuação do risco hidrológico nos termos apresentados não mostrou-se favorável, já a UHE Presidente Goulart não foi impactada por não pertencer ao MRE no ano de 2015. Após a manifestação da empresa, a ANEEL emitiu os Termos de Repactuação por meio dos Despachos nº 035/2016, nº 036/2016 e nº 037/2016.

Relatório da Administração



Afluente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No ano de 2016, a hidrologia permaneceu desfavorável e a situação de déficit na alocação de energia GSF se manteve, porém agora, sob a égide das Regras de Comercialização que consideram a repactuação do risco hidrológico realizada no final de 2015 para as geradoras do ACR. Contudo, como grande parte das usinas hidráulicas do Grupo detinham acordos de repactuação do risco hidrológico, a exposição financeira destas usinas na CCEE foi inferior aquela verificada nos anos de 2014 e 2015. Destaca-se que o PLD máximo em 2016 foi definido no valor de R\$ 422,56 / MWh, porém, não foi atingido em nenhum período de contabilização.

Já com relação a legislação setorial, um dos principais fatos ocorridos foi a publicação da Lei nº 13.360, em 18 de novembro de 2016, oriunda do processo de conversão da MP 735, que, dentre outras medidas, busca facilitar os processos de privatização, reduzir a burocracia de leilões e reduzir os custos da União com subsídios a concessionárias e permitir a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

Com o surgimento da referida Lei, diversas regras que impactam o Setor Elétrico passaram por sanção presidencial. Abaixo são destacadas as principais alterações propostas pelo novo instrumento:

I. Venda de Energia pelas Distribuidoras no ACL

A Lei 13.360/16 regulamentou a possibilidade das Distribuidoras comercializarem seus excedentes contratuais de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Logo, a partir da publicação do respectivo normativo, será permitido às Distribuidoras, celebrar contratos de venda de energia elétrica, livremente negociados com consumidores livres, desde que lastreados no montante de energia excedente decorrente de contratos de compra para atendimento à totalidade de seus mercados.

II. Alterações no Mecanismo de Realocação de Energia Elétrica (MRE)

A partir da publicação desta nova Lei, os empreendimentos hidrelétricos não despachados centralizadamente que optarem por participar do MRE, somente poderão ser excluídos do referido mecanismo por solicitação própria ou em caso de perda de outorga.

III. Do Reconhecimento de Excludentes de Responsabilidade

Uma das principais alterações propostas, refere-se às questões passíveis de serem consideradas como excludente de responsabilidade por parte do empreendedor. Com a nova Lei, a responsabilidade dos julgamentos volta a ser da ANEEL. Além disso, todo e qualquer atraso incorrido durante o período de implantação do empreendimento, caracterizado como excludente de responsabilidade, terá o prazo da outorga de geração ou transmissão de energia elétrica recomposto pela ANEEL, por meio da extensão da outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade, bem como será feito o adiamento da entrega de energia caso o empreendedor tenha contrato de venda em ambiente regulado.

IV. Dos Leilões de Energia no ACR

O novo regulamento trouxe novas medidas aplicáveis aos Leilões de energia promovidos pela ANEEL. Para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, a entrega da energia poderá ser realizada até o quinto ano subsequente ao Leilão, na regra antiga essa entrega deveria ser feita no máximo até dois anos após a licitação.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Já para a energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, o prazo para a entrega da energia que variava entre três e cinco anos, passa a ser de três a sete anos.

V. Da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – (CFURH)

A alíquota da CFURH passa de 6,25% para 7,00% sobre o valor da energia elétrica produzida. Esse encargo é pago pelo titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham – em seus territórios - instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A Afluyente G é proprietária das UHEs Alto Fêmeas e Presidente Goulart, no Estado da Bahia. A UHE Alto Fêmeas, localizada no Rio das Fêmeas, no município de São Desidério, gera energia elétrica por meio de três unidades geradoras que totalizam 10,65 MW de potência instalada e tendo uma garantia física de 8,55 MW médios. Já a UHE Presidente Goulart, localizada no Rio Corrente, no município de Correntina, gera energia elétrica por meio de duas unidades geradoras que totalizam 8 MW de potência instalada e tendo uma garantia física atual de de 5,21 MW médios.

Em 2016, o desempenho operacional das usinas da Afluyente G foi prejudicado pela baixa afluência do Rio Corrente em virtude da estiagem registrada no referido ano. Este ano, a UHE Presidente Goulart apresentou índices de disponibilidade e de confiabilidade de 86,30% e 98,40%, respectivamente. A geração de energia totalizou 39.172 MWh (4,46 MW médios), que corresponde a 85,6% da garantia física. A UHE Alto Fêmeas obteve em 2016 um índice de disponibilidade de 92,6% e confiabilidade de 99,94%, com uma geração total de 64.385 MWh (7,34 MW médios), o que correspondeu a 85,8% da garantia física.

Relatório da Administração

Afluentes G
Relatório da Administração
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	Ano		Variação (%)
	2016	2015	
Receita Operacional Bruta	37.511	29.973	25,15
Receita Operacional Líquida	35.395	28.614	23,70
EBITDA	14.754	5.391	173,68
Resultado do Serviço - EBIT	11.901	3.423	247,68
Resultado Financeiro	706	756	(6,61)
Lucro (Prejuízo) Líquido	11.215	3.005	273,21

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	dez/16	dez/15	Variação (%)
Ativo Total	45.329	48.518	(6,57)
Dívida Bruta	-	-	-
Dívida Líquida ¹	(5.134)	(9.463)	(45,75)
Patrimônio Líquido	42.661	39.353	8,41

Indicadores Financeiros de Margem (%)	Ano		Variação (%)
	2016	2015	
Margem EBITDA	41,7%	18,8%	22,8 p.p.
Margem EBIT	33,6%	12,0%	21,7 p.p.
Margem Líquida	31,7%	10,5%	21,2 p.p.

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/16	dez/15	Variação
Dívida Líquida/EBITDA ²	(0,3)	(1,8)	(1,76)
Índice de Endividamento ³	-13,68%	-31,66%	17,98 p.p.

¹Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

²EBITDA 12 meses

³Índice de Endividamento Líquido = Dívida Líquida/Dívida líquida + PL

p.p - Pontos Percentuais

6.1. LAJIDA (EBITDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	Ano		Variação	
	2016	2015	(R\$)	(%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	11.215	3.005	8.210	273,21
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	1.392	1.174	218	18,57
Amortização e Depreciação	2.853	1.968	885	44,97
Receitas Financeiras	(1.024)	(955)	(69)	7,23
Despesas Financeiras	318	199	119	59,80
LAJIDA (EBITDA)	14.754	5.391	9.363	173,68

Relatório da Administração

Afluentes G
Relatório da Administração
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6.2. RESULTADO DO ANO

Demonstração de Resultado - R\$ mil	Ano		Variação	
	2016	2015	(R\$)	(%)
Receita bruta	37.511	29.973	7.538	25,15
Dedução da receita bruta	(2.116)	(1.359)	(757)	55,70
Receita líquida	35.395	28.614	6.781	23,70
Custos de bens e/ou serviços vendidos	(22.818)	(24.429)	1.611	(6,59)
Resultado bruto	12.577	4.185	8.392	200,53
Despesas com vendas e gerais administrativas	(676)	(762)	86	(11,29)
Resultado do serviço	11.901	3.423	8.478	247,68
(-) Amortização e Depreciação	2.853	1.968	885	44,97
EBITDA	14.754	5.391	9.363	173,68
Resultado Financeiro	706	756	(50)	(6,61)
Lucro antes dos impostos	12.607	4.179	8.428	201,68
IRPJ e CSLL	(1.392)	(1.174)	(218)	18,57
Lucro (Prejuízo) líquido	11.215	3.005	8.210	273,21

A seguir, destacamos as componentes que impactaram no aumento do EBITDA no ano de 2016:

- (i) A Receita Bruta da Companhia cresceu 25,15% no ano de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, saindo de R\$ 29.973 mil nesse período, para R\$ 37.511 mil em 2016. No item 6.3 deste documento será apresentado mais detalhes das justificativas dessa variação.
- (ii) Os custos e despesas da Companhia tiveram uma redução de 6,74% impactando o EBITDA da companhia positivamente no ano de 2016 em comparação ao mesmo período do ano 2015. Os custos e despesas atingiram o montante de R\$ 23.494 mil em 2016, contra R\$ 25.191 mil em 2015. No item 6.4 deste comentário será abordado com mais detalhes os principais impactos que ocasionaram essa variação.

6.3. RECEITA BRUTA

Receitas Operacionais - R\$ mil	Ano		Variação	
	2016	2015	(R\$)	(%)
Fornecimento de energia elétrica	30.906	27.614	3.292	11,92
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	2.139	-	2.139	-
Receita de construção da infraestrutura da concessão	776	877	(101)	(11,52)
Energia elétrica curto prazo - CCEE	3.690	740	2.950	398,65
Outras receitas operacionais	-	742	(742)	-
Total	37.511	29.973	7.538	25,15

A seguir destacamos as componentes que impactaram o acréscimo da Receita Bruta no ano de 2016 em comparação ao mesmo período de 2015.

Aumento da receita:

- (i) com fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 3.292 mil devido ao reajuste dos contratos da Companhia com a COELBA.
- (ii) pela disponibilidade da rede elétrica de R\$ 2.139 mil devido à variação monetária do ativo financeiro pelo IPCA, o que não ocorreu no ano de 2015.

Relatório da Administração

Afluyente G
Relatório da Administração
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

(iii) de energia elétrica curto prazo, no valor de R\$ 2.950 mil devido à liquidação da contabilização da CCEE no ano de 2016, não verificada no mesmo período de 2016.

6.4. CUSTOS E DESPESAS

Custos, Despesas Operacionais e Resultado de participação - R\$ mil	Ano		Variação	
	2016	2015	(R\$)	(%)
Energia comprada para revenda	(13.871)	(16.327)	2.456	(15,04)
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição	(1.213)	(590)	(623)	105,59
Pessoal	-	(57)	57	-
Depreciação e amortização	(2.853)	(1.968)	(885)	44,97
Serviços de terceiros	(4.051)	(3.138)	(913)	29,09
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(397)	(1.612)	1.215	(75,37)
Outros custos e despesas	(1.109)	(1.499)	390	(26,02)
Total	(23.494)	(25.191)	1.697	(6,74)

Os Custos e Despesas Operacionais sofreram uma diminuição de R\$ 1.697 mil em relação ao ano de 2015. A seguir, destacamos os principais fatores de impacto.

- (i) A energia comprada para revenda contribuiu positivamente para redução do custo e despesas operacionais no valor de R\$ 2.456 mil devido ao preço médio praticado tanto no mercado livre quanto no mercado de curto prazo (PLD), no ano de 2016 em relação ao ano de 2015.
- (ii) No ano de 2015, a Companhia reconheceu a parcela devida e efetuou o pagamento da Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hídricos – CFRH, referentes ao período abrangido entre janeiro de 2009 e maio de 2011, o que não ocorreu no ano de 2016.

6.5. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro Líquido - R\$ mil	Ano		Variação	
	2016	2015	(R\$)	(%)
Renda de aplicações financeiras	1.034	943	91	9,65
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(5)	(66)	61	(92,42)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(191)	(121)	(70)	57,85
Total	838	756	82	10,85

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia apresentou um resultado positivo de R\$ 838 mil em 2016, representando um aumento de R\$ 82 mil, quando comparado ao mesmo período de 2015, quando foi de R\$ 756 mil, que equivale a um aumento de 10,85%. O principal fator para a variação do Resultado Financeiro deve-se ao melhor rendimento das aplicações financeiras em função do aumento da taxa referência (CDI), representando 14,00% acumulado no ano de 2016, equivalente a elevação de 0,76 ponto percentual em comparação ao ano anterior, onde foi de 13,24%.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar. Para financiar seus investimentos a Companhia utiliza capital próprio.

8. INVESTIMENTOS

Em 2016, a Afluyente G investiu R\$ 710 mil na aquisição de sobressalentes, máquinas e equipamentos para realização de manutenções, substituição dos TCs de 69KV da UG02 da UHE Presidente Goulart, substituição do painel de serviços auxiliares da UHE Presidente Goulart, ampliação do sistema de CFTV (Circuito Fechado de TV) das UHEs Alto Fêmeas e Presidente Goulart, automatização do sistema de levantamento do eixo das unidades geradoras da UHE Alto Fêmeas e instalação de novos guarda corpos nas edificações das UHEs Alto Fêmeas e Presidente Goulart.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está materializada na sua Missão: “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”.

Com base nesse compromisso, em 2016 a empresa deu continuidade às ações voltadas para a satisfação dos clientes, de relacionamento com a comunidade, de promoção do uso seguro e eficiente da energia, de investimento em uma matriz energética renovável e de inovação em seus processos, produtos e serviços. As iniciativas são realizadas por meio de diversos programas e projetos, de forma a intensificar o relacionamento com as partes interessadas e alinhar as suas necessidades aos propósitos e valores da organização.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a empresa publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. Elaborado com a metodologia da Global Reporting Initiative, o documento abrange os aspectos que determinam os resultados sustentáveis de uma empresa, alinhando o crescimento econômico com o desenvolvimento social e a preservação ambiental.

Em 2016, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global, iniciativa que reforça uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO SOCIAL

As ações socioambientais do Grupo Neoenergia incluem projetos próprios, apoio a projetos de terceiros com recursos diretos ou incentivados, e os programas corporativos de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento, ambos regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Todas essas iniciativas se distribuem em quatro áreas de atuação: educação, cultura, inclusão social e meio ambiente. A seguir, alguns destaques de 2016.

Relatório da Administração



Afluente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Na área de educação, o Grupo Neoenergia renovou a parceria com o Instituto Ayrton Senna, estabelecida desde 2006 para a melhoria do desempenho escolar de crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Por meio dos programas Se Liga e Acelera, voltados para a correção do fluxo escolar e o combate ao analfabetismo, a parceria abrange escolas públicas de Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em 2016, a parceria beneficiou mais de 4.200 alunos nas cidades de Juazeiro (BA), Natal e Recife.

O Grupo Neoenergia manteve em 2016 seu apoio ao Selo Unicef Município Aprovado, que estimula avanços nas áreas de Educação, Saúde, Proteção e Participação Social que contribuam para a redução das desigualdades de crianças e adolescentes no Nordeste. Por meio das distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, o grupo apoiou as ações em 466 municípios do semiárido, onde vivem cerca de quatro milhões de crianças e adolescentes.

Algumas iniciativas regionais merecem destaque em 2016. A Coelba deu continuidade ao projeto Ecoteca – a biblioteca ecológica, levando-o para quatro cidades do interior (Lauro de Freitas, Feira de Santana, Jucuruçu e Encruzilhada). Ao final das atividades, as ecotecas foram doadas a escolas municipais de cada cidade. O público impactado por esse projeto, nas quatro cidades, foi de aproximadamente 20 mil pessoas impactadas em 2016.

Pelo quinto ano consecutivo, a Coelba patrocinou a Flica, tradicional feira de literatura do estado, realizada na cidade de Cachoeira, e pelo quarto ano apresentou a Fliquinha. Foram realizadas ações em praça pública com foco no uso seguro e eficiente da energia elétrica, com jogos educativos e exibição, em tabletes, dos dez episódios de vídeo do Projeto Paxuá e Paramim, desenvolvido pela área de Eficiência Energética, em parceria com o músico Carlinhos Brown. A distribuidora também contribuiu para a programação oficial da Fliquinha levando o músico Carlinhos Brown para uma apresentação no evento infantil, onde ele falou sobre o projeto e reafirmou a importância dos cuidados com a rede elétrica.

Na Celpe, o destaque vai para o Espaço Celpe nas Escolas, ação educativa, realizada no ambiente escolar, que orientou 6,8 mil estudantes sobre segurança com energia elétrica, e para o Espaço Celpe nas Comunidades, um mutirão para oferta de serviços comerciais e educacionais que beneficiou mais de 6,3 mil pessoas durante 2016.

No campo da inclusão social, merece destaque uma iniciativa da Cosern iniciada em 2016. O projeto Narrativas do Silêncio ofereceu oficinas de fotografia ao público surdo, traduzida na linguagem brasileira dos sinais (LIBRAS), totalizando 20 participantes, além da realização de exposição fotográfica e do espetáculo teatral “A Busca de Seo Peto e Seo Antônio”, que tem no elenco três atores surdos e foi apresentado em Natal para 400 expectadores ouvintes e surdos.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE DE ENERGIA

Ao longo de 2016, o Grupo Neoenergia deu continuidade às ações do seu Programa de Eficiência Energética. Entre os destaques do ano estão os projetos de Doação de Geladeiras e Lâmpadas, Troca Econômica e Educação com Energia.

O projeto de Doação de Geladeiras e Lâmpadas tem como objetivo a troca de refrigeradores ineficientes por novos com Selo Procel e doação de lâmpadas eficientes para os consumidores residenciais moradores de comunidades populares nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Já o projeto Troca Econômica concede bônus a clientes residenciais e de baixa renda para a compra de aparelhos eletrodomésticos eficientes (geladeiras, freezers, lavadoras de roupas e aparelhos de ar-condicionado).

O projeto Educação com Energia capacita educadores dos ensinos Fundamental e Médio, de escolas públicas e privadas, nos conceitos do uso eficiente e seguro de energia elétrica, e foi desenvolvido, de forma cooperada, pelas três distribuidoras do grupo em 2016. Ele utiliza a metodologia “Energia que Transforma”, que preconiza conceitos do uso seguro e eficiente de energia para a preservação ambiental.

O Grupo Neoenergia deu início em 2016 a uma parceria com o músico Carlinhos Brown para disseminação entre as crianças do uso seguro e eficiente de energia elétrica. Com shows em Salvador, Recife e Natal, Carlinhos Brown levou às crianças os personagens Paxuá e Paramim – que protagonizam histórias do cotidiano com conceitos básicos sobre segurança em relação às redes elétricas.

Cabe ainda destacar os projetos de efficientização de prédios públicos e de incentivo à substituição de motores elétricos, desenvolvidos em 2016 pelas três distribuidoras do grupo. O primeiro prevê ações de eficiência energética em instituições públicas dos três estados – como foi o caso, em 2016, do Hospital dos Servidores e da Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, no Recife. O segundo prevê a substituição de motores antigos por modelos mais modernos e eficientes.

INOVAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Os projetos do programa de P&D do Grupo Neoenergia giram em torno de cinco temas estratégicos: Redes Inteligentes (Smart Grid); Qualidade e Confiabilidade; Segurança de Instalações e de Pessoas; Combate às Perdas; e Sustentabilidade do Negócio. Para o Grupo Neoenergia, o tema inovação está diretamente relacionado com iniciativas que possam agregar valor ao negócio de suas empresas e, ainda, atender as necessidades de seus stakeholders.

Além de uma equipe de gestão composta por 13 profissionais, a área de P&D conta com mais de 80 profissionais de diversas áreas da empresa que atuam como pesquisadores nos projetos desenvolvidos pelo grupo. A seguir, alguns destaques da área em 2016.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O projeto de P&D considerado o mais ambicioso é o de "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes". Iniciado em julho de 2016, dele participam as três distribuidoras do Grupo Neoenergia, sendo a Coelba a empresa proponente. A primeira parte desse projeto terá a duração de três anos e um custo de cerca de R\$ 28 milhões.

Na Coelba destaca-se o projeto "Desenvolvimento de ferramental, equipamentos e metodologia para realização de poda com rede energizada em áreas urbanas através de braços mecânicos com comando remoto". O objetivo é desenvolver um braço articulado extensível e isolado, adaptável a veículos e operável remotamente, contendo em sua extremidade superior um sistema que permita a adaptação de ferramenta para a realização de poda em áreas urbanas.

Também merece destaque em 2016 na Coelba a inauguração da primeira usina de geração de energia com uso do biogás proveniente do esgoto, no estado da Bahia. Localizada na Estação de Tratamento Jacuípe II, em Feira de Santana, a usina é fruto do projeto de P&D "Arranjos técnicos e comerciais de geração de energia a partir do biogás proveniente de reatores anaeróbicos de estações de tratamento de esgoto".

Na Celpe, o destaque é o projeto "Desenvolvimento e Implementações de Provas de Conceito de Redes Inteligentes (RI) em Localidade Piloto com Elevadas Restrições Ambientais", como no caso da Ilha de Fernando de Noronha. Esse projeto tem como objetivo a implantação de um modelo de rede inteligente, utilizando a rede de distribuição de Noronha, com foco na avaliação e experimentação da sua aplicabilidade.

Já na Cosern, o principal projeto em andamento é "Cabeça de série do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento". A ideia é transformar o protótipo (desenvolvido em projeto antecessor) em um equipamento resistente para uso profissional em campo, visando futura comercialização e produção em larga escala. O equipamento permite aferir os medidores de energia elétrica sem retirá-los da unidade consumidora, ou seja, sem interrupção do fornecimento.

Nas empresas geradoras e transmissoras do Grupo Neoenergia, o principal destaque é o projeto "SMART-SEN - Um Modelo de Simulação do Sistema Elétrico Nacional com Presença de Geração de Renováveis Intermitentes". O objetivo é desenvolver uma nova metodologia de extração e manipulação de dados de gerações de fontes intermitentes de energia em intervalos de tempo adequados para a simulação da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

MEIO AMBIENTE

Ao longo de 2016, por meio de vários projetos, o Grupo Neoenergia reafirmou seu compromisso de respeito ao meio ambiente e de preservação dos ecossistemas em suas áreas de atuação. Entre os destaques está o projeto Vale Luz, que integra o Programa de Eficiência Energética do grupo Neoenergia. Ele permite a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Iniciado em 2008, o projeto contempla clientes das três distribuidoras. Além de proporcionar que alguns consumidores até zerem a conta, o projeto estimula a coleta seletiva e dá destinação adequada aos resíduos arrecadados.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Também merece a campanha de controle de queimadas sob as linhas de transmissão na Zona da Mata de Pernambuco, desenvolvida pela Celpe desde 2009. A iniciativa visa sensibilizar a sociedade quanto à prática não controlada de queimadas, que afeta as redes de transmissão e distribuição e provoca interferências no fornecimento. Os resultados são alentadores. Na safra 2008/2009, foram registradas 15 ocorrências relacionadas à presença de fogo na extensão das linhas de transmissão. Na safra 2014/2015, só uma ocorrência foi registrada. Em 2016, foram realizadas dez oficinas de sensibilização e dez palestras comunitárias. Como forma de fiscalizar e orientar os produtores de cana, a empresa realiza visitas às áreas de plantio, oferecendo esclarecimentos sobre a prática de queimadas, e divulga spots em emissora de rádio com alcance para 54 municípios.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Selo Energia Sustentável – As três distribuidoras do Grupo Neoenergia receberam o Selo Energia Sustentável do Instituto Acende Brasil para o período 2017-2019, depois de rigoroso processo de avaliação em 2016. A Celpe alcançou o nível ouro (o mais alto) e a Coelba e a Cosern, o nível prata.

Guia Você S.A – As melhores empresas para iniciar a carreira – O Grupo Neoenergia está entre as 10 melhores empresas do Brasil para iniciar a carreira, segundo o Guia Você S.A., da Editora Abril, divulgado em maio/2016.

Melhores e Maiores 2016 – No ranking dos 200 maiores grupos privados do país, por vendas líquidas, a Neoenergia está na 41ª posição (subindo duas posições em relação ao ano anterior).

Ranking 2016 Valor 1000 – A Neoenergia subiu cinco posições em relação ao levantamento anterior e ficou em 36º lugar no ranking dos 1.000 maiores grupos empresariais do Brasil, segundo a publicação do jornal Valor Econômico.

14º Latin American Utility Week Awards – Com o projeto do Sensor Inteligente para Monitorar Eventos nas Linhas de Distribuição, a Neoenergia venceu na categoria Smart Grid deste que é considerado um dos maiores prêmios de Inovação da América Latina. O projeto foi desenvolvido no âmbito do programa de P&D da Coelba.

Prêmio Empresa Pró-Ética 2016 – Por ser uma empresa ética e comprometida com a prevenção e o combate à corrupção, o Grupo Neoenergia foi uma das 25 (entre 195 inscritas) a receber o prêmio, uma iniciativa do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos.

10. SAÚDE E SEGURANÇA

Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção da vida e a qualidade do ambiente. Estimulamos a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo.

Relatório da Administração



Afluyente G Relatório da Administração Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros seja um compromisso de todos.

Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer a regras e leis. Por isso, estimulamos que líderes e colaboradores:

- ✓ Sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras;
- ✓ Não negociem a segurança;
- ✓ Busquem constantemente a meta de zerar acidentes;
- ✓ Estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior;
- ✓ Promovam o Diálogo Diário de Segurança (DDS) – contato através de bate papo informal ou apresentação que serve para divulgar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho;

Além disso, realizamos ações de segurança para a população, como treinamento sobre instalações elétricas para profissionais da construção civil. Palestras sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica em escolas e divulgação maciça em todos os veículos sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica, campanha educativa em redes sociais.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato
Auditoria das Demonstrações Contábeis e Revisões de Demonstrações Intermediárias Individuais e Consolidada	R\$ 87 mil

12. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Relatório da Administração



Afluenta G
Relatório da Administração
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. BALANÇO SOCIAL

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO		2016			2015				
	R\$ mil				R\$ mil				
Receita Líquida (RL)	35.395				28.614				
Resultado Operacional (RO)	11.901				3.423				
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	-				49				
Valor Adicionado Total (VAT)	15.505				7.562				
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7	14,29%	0,02%	0,09%
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5	10,20%	0,02%	0,07%
Previdência privada *	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4	8,16%	0,01%	0,05%
Saúde	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	14	28,57%	0,05%	0,19%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3	6,12%	0,01%	0,04%
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Creche ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3	6,12%	0,01%	0,04%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36	73,47%	0,13%	0,48%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	11.835	99,44%	33,44%	76,33%	27	0,79%	0,09%	0,36%	
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	11.835	99,44%	33,44%	76,33%	27	0,79%	0,09%	0,36%	
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	2.654	22,30%	7,50%	17,12%	4.296	125,50%	15,01%	56,81%	
Total - Indicadores sociais externos	14.489	121,74%	40,93%	93,44%	4.323	126,29%	15,11%	57,17%	
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	69.089	580,53%	195,20%	445,59%	55	1,61%	0,19%	0,73%	
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente	69.089	580,53%	195,20%	445,59%	55	1,61%	0,19%	0,73%	
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a	(X) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%	(X) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2016			2015				
Nº de empregados(as) ao final do período	0				1				
Nº de admissões durante o período	0				0				
Nº de desligamentos durante o período	1				0				
Nº de empregados(as) terceirizados	12				0				
Nº de estagiários(as)	0				0				
Nº de empregados acima de 45 anos	0				1				
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:									
menores de 18 anos	0				0				
de 18 a 35 anos	0				0				
de 36 a 60 anos	0				1				
acima de 60 anos	0				0				
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:									
analfabetos	0				0				
com ensino fundamental	0				1				
com ensino médio	0				0				
com ensino técnico	0				0				
com ensino superior	0				0				
pós-graduados	0				0				
Nº de empregados por sexo:									
homens	0				1				
mulheres	0				0				
% de cargos de chefia por sexo:									
homens	0%				100%				
mulheres	0%				100%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0				0				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%				0%				
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0				0				
Remuneração bruta segregada por:									
Empregados	0				11				
Administradores	0				11				
Terceirizados	0				0				
Autônomos	0				0				

Relatório da Administração



Afluenta G
Relatório da Administração
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2016			2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			1		
Nº total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) + CIPA	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) + CIPA	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Contencioso Cível:						
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):						
Na Empresa	0			0		
No Procon	0			0		
Na Justiça	0			0		
% das reclamações e críticas solucionadas:						
Na Empresa	0			0		
No Procon	0			0		
Na Justiça	0			0		
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	0			0		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	0			0		
Contingências e passivos trabalhistas:						
Número de processos trabalhistas:						
movidos contra a entidade	12			2		
Julgados procedentes	0			0		
Julgados improcedentes	0			2		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça	0			48		
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)	15.505			7.562		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						
Ao Governo (%)	26,3%			57%		
Aos Colaboradores (%)	0,0%			1%		
Aos Acionistas (%)	72,3%			40%		
A terceiros (%)	1%			3%		

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 07.620.094/0001-40

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: E-mail: vlavin.paim@neoenergia.com

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

* Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.

Demonstrações Financeiras

Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes

Notas Explicativas**Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.**

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.439	9.412
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	3.532	2.362
Títulos e valores mobiliários		57	-
Despesas pagas antecipadamente		49	48
Outros ativos circulantes		12	9
Total do ativo circulante		<u>8.089</u>	<u>11.831</u>
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários		638	51
Depósitos judiciais	9	144	98
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	5.1	12.786	5.971
Intangível	5.2	23.228	30.074
Despesas pagas antecipadamente		444	491
Outros ativos não circulantes		-	2
Total do ativo não circulante		<u>37.240</u>	<u>36.687</u>
Total do ativo		<u>45.329</u>	<u>48.518</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.**

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	513	6.379
Taxas regulamentares	7	155	145
Impostos e contribuições a recolher	8	608	428
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	162	903
Outros passivos circulantes		230	358
Total do passivo circulante		1.668	8.213
Não circulante			
Taxas regulamentares	7	444	277
Provisões	9	528	646
Outros passivos não circulantes		28	29
Total do passivo não circulante		1.000	952
Patrimônio líquido	11		
Capital social		30.916	30.916
Reservas de lucros		11.745	6.183
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	2.254
Total do patrimônio líquido		42.661	39.353
Total do passivo e patrimônio líquido		45.329	48.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2016	2015
Receita operacional líquida	12	35.395	28.614
Custos dos serviços		<u>(22.818)</u>	<u>(24.429)</u>
Custos com energia elétrica	13	(15.084)	(16.917)
Custos de operação	14	(6.958)	(6.635)
Custos de construção		<u>(776)</u>	<u>(877)</u>
Lucro bruto		12.577	4.185
Despesas gerais e administrativas	14	(676)	(762)
Lucro operacional		<u>11.901</u>	<u>3.423</u>
Receitas financeiras	15	1.024	955
Despesas financeiras	15	<u>(318)</u>	<u>(199)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.607	4.179
Imposto de renda e contribuição social		<u>(1.392)</u>	<u>(1.174)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>11.215</u>	<u>3.005</u>
Lucro do exercício por ação do capital - R\$		0,60	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	11.215	3.005
Resultado abrangente	-	--
Total do resultado abrangente	<u>11.215</u>	<u>3.005</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	30.916	6.183	-	-	2.362	39.461
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(2.362)	(2.362)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.005	-	3.005
Destinações						
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	(751)	-	(751)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(2.254)	2.254	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	30.916	6.183	-	-	2.254	39.353
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(2.254)	(2.254)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.215	-	11.215
Destinações						
Dividendos Intercalares	-	-	-	(5.653)	-	(5.653)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	5.562	(5.562)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	30.916	6.183	5.562	-	-	42.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	12.607	4.179
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.853	1.968
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	127	78
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(2.139)	(743)
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	27	-
Provisão (reversão) para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(245)	32
	<u>13.230</u>	<u>5.514</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	(1.170)	(69)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	(250)	(199)
Depósitos judiciais	(46)	(22)
Despesas pagas antecipadamente	46	(465)
	<u>(1.420)</u>	<u>(755)</u>
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	(5.866)	3.760
Taxas regulamentares	177	(486)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(1.136)	(965)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	173	(48)
Outros passivos	(129)	(9)
	<u>(6.781)</u>	<u>2.252</u>
Caixa oriundo das atividades operacionais	<u>5.029</u>	<u>7.011</u>
Atividade de investimento		
Aquisição de intangível	(710)	(1.477)
Resgate de títulos e valores mobiliários	860	350
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.504)	(216)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento	<u>(1.354)</u>	<u>(1.343)</u>
Atividade de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(8.648)	(5.016)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	<u>(8.648)</u>	<u>(5.016)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.973)</u>	<u>652</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	9.412	8.760
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>4.439</u>	<u>9.412</u>
Variação líquida de caixa	<u>(4.973)</u>	<u>652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações do valor adicionado
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	37.511	29.973
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	312	-
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	(27)	-
	<u>37.796</u>	<u>29.973</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(13.871)	(16.327)
Encargos de uso da rede básica do sistema de distribuição	(1.213)	(590)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(5.378)	(4.481)
	<u>17.334</u>	<u>8.575</u>
Valor adicionado bruto	17.334	8.575
Depreciação e amortização	(2.853)	(1.968)
Valor adicionado líquido	<u>14.481</u>	<u>6.607</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.024	955
	<u>15.505</u>	<u>7.562</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>15.505</u>	<u>7.562</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	-	11
Entidade de previdência privada	-	4
Provisão para férias	-	9
Plano de saúde	-	14
Indenizações trabalhistas	-	8
Participação nos resultados	-	3
	<u>-</u>	<u>49</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	-	5
PIS/COFINS sobre faturamento	1.262	1.035
Imposto de renda e contribuição social	1.392	1.174
Obrigações intrasetoriais	1.314	2.005
Outros	113	82
	<u>4.081</u>	<u>4.301</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	186	199
Aluguéis	23	8
	<u>209</u>	<u>207</u>
Remuneração de capitais de próprios		
Dividendos Intercalares	5.653	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	5.562	-
Dividendos adicionais propostos	-	2.254
Dividendos mínimos obrigatórios	-	751
Valor adicionado distribuído	<u>15.505</u>	<u>7.562</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluentes G” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as usinas hidrelétricas de Presidente Goulart e Alto Fêmeas. A UHE Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,65 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a UHE Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Companhia possui Contrato de Concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objeto estabelecer as condições para prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Devido à nova aferição da média de geração, a UHE Presidente Goulart ficou aquém dos limites estabelecidos por meio da Resolução Normativa nº 409/2010, desta forma constou na relação das centrais hidrelétricas excluídas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a partir de 1º de janeiro de 2015, publicada por meio do Despacho nº 3.706. Para suprir a diferença da média de geração *versus* o seu contrato de venda, a usina comprou energia no ACL (Ambiente Livre de Negociação) e firmou contrato de compra com a NC Energia pelo prazo de um ano, em condições normais de mercado. Após a saída do MRE, a Garantia Física da UHE Presidente Goulart passou de 7,22 MW para 5,21 MW (média histórica de geração), servindo somente para acompanhamento de lastro de energia.

Em 21 de setembro de 2015, foi publicado o Despacho nº 3.264 em que a UHE Presidente Goulart constou na relação das centrais hidrelétricas que poderão retornar ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE a partir de 1º de janeiro de 2016. Caso optasse por retornar ao MRE, a UHE voltaria a cadastrar a garantia física na CCEE com o novo valor de 5,21 MW. Foi decidido por não retornar ao MRE devido à capacidade da usina em gerar uma energia média superior a esta nova garantia física. Além disso, não haveria exposição ao GSF (Generation Scaling Factor). Para esta decisão, foi realizado um estudo de previsão com diversos cenários, resultando em permanecer fora do MRE.

Conforme mencionado na Nota 19, em 28 de novembro de 2016, a Neoenergia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças objetivando alienar integralmente o controle societário da Companhia, pendente de aprovação e anuência dos órgãos governamentais e poder concedente (ANEEL).

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das duas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos regulatórios e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

2.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.2.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outros passivos circulantes. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

2.2.3 Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.2.4 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

(a) **Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.**

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).
Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	As alterações exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.3 Assuntos Regulatórios

Repactuação do Risco Hidrológico - Acordo GSF

Em 18 de dezembro de 2015 o Conselho de Administração da Neoenergia aprovou a proposta de repactuação do risco hidrológico para esta Companhia, onde optou-se pela classe de produto SP90, com prêmio de risco associado de R\$1,25/MWh. Os valores antecipados no exercício de 2015, referentes ao prêmio de risco, estão sendo compensados com os prêmios devidos do período desde Janeiro/16 até Agosto/27, bem como pela extensão da concessão em 72 dias.

Os termos da repactuação do risco hidrológico determinam que a Afluente G deverá recolher mensalmente à CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias) o resultado da multiplicação do montante mensal de garantia física da usina pelo valor unitário do prêmio de risco selecionado, referenciado à data base de janeiro de 2015. O ressarcimento do risco hidrológico verificado no ano de 2015, em específico, será compensado por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco até o final do contrato de venda de energia no ambiente regulado (CCEAR). Considerando que o prazo para a compensação não é suficiente para a recuperação do valor antecipado, a ANEEL estendeu a concessão por um período suficiente para recuperar os montantes antecipados, conforme mencionado abaixo.

Como condição de eficácia da repactuação prevista neste contrato, a Afluente G renunciou, de modo irrevogável e irretroatável, ao direito de discutir, na via administrativa, arbitral e judicial, suposta isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE

Em 11 de janeiro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 35, que anuiu a repactuação do risco hidrológico da Companhia e em 19 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico nº 32/2016 com vigência até 19 de outubro de 2027, e, portanto, fará jus à extensão do seu prazo de outorga, que também terá sua data final alterada para 19 de outubro de 2027. Nesta mesma data a Companhia protocolou na ANEEL o referido Termo de Repactuação, por meio digital, e no dia 25 de janeiro de 2016, em meio físico.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	135	44
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	<u>4.304</u>	<u>9.368</u>
	<u>4.439</u>	<u>9.412</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, (participação somente das empresas do Grupo Neoenergia).

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD", quando aplicável, e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

	Ref.	2016	2015
Títulos a receber		3.532	2.362
Terceiros	(a)	392	-
Partes relacionadas (nota 16)	(b)	3.140	2.362
Outros créditos		-	312
Terceiros		-	312
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(312)
Total		3.532	2.362
Circulante		3.532	2.362

(a) Referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(b) Referem-se aos contratos de fornecimento de energia com montante anual de 148.920 MWh com a empresa relacionada Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA.

A composição dos prazos de vencimento é conforme segue:

	Saldos vincendos	Vencidos Até 90 dias	Total		PCLD	
			2016	2015	2016	2015
Setor privado	3.140	392	3.532	2.362	-	(312)
Total	3.140	392	3.532	2.362	-	(312)

5. Concessão do serviço público (ativo financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica pela Companhia e estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores.

5.1 Ativo Financeiro

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IGP.M, está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	<u>Indenização</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		5.228
Atualização/ valor justo		<u>743</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		5.971
Transferências	(a)	4.676
Atualização/ valor justo		<u>2.139</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u><u>12.786</u></u>

- (a) Os ativos decorrentes da unitização dos projetos que antes estavam classificados como imobilizado em curso, foram bifurcados ficando em intangível apenas a parte do ativo onde a depreciação é realizada dentro do período de concessão e sendo transferido para o ativo financeiro o saldo residual dos ativos ao final da concessão.

5.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, de acordo com a taxa estipulada pelo órgão regulador (ANEEL).

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2016			2015	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3%	80.561	(58.160)	22.401	20.852
Direito de uso da concessão – repactuação GSF	-	597	(56)	541	597
		81.158	(58.216)	22.942	21.449
Em curso					
Direito de uso da concessão		286	-	286	8.625
Total		81.444	(58.216)	23.228	30.074

A movimentação do saldo do intangível esta demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço			Em curso	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	76.215	(53.395)	22.820	7.745	30.565
Adições (a)	597	-	597	880	1.477
Amortizações	-	(1.968)	(1.968)	-	(1.968)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	76.812	(55.363)	21.449	8.625	30.074
Adições	-	-	-	710	710
Baixas	-	-	-	(27)	(27)
Amortizações	-	(2.853)	(2.853)	-	(2.853)
Transferências – Ativo financeiro	(4.676)	-	(4.676)	-	(4.676)
Transferências	9.022	-	9.022	(9.022)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	81.158	(58.216)	22.942	286	23.228

(a) Em 2015 foi constituído intangível referente à repactuação do risco hidrológico no valor de R\$ 597, tendo um montante acumulado de amortização, de R\$ 56, em 2016.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos societários e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Fornecedores

Fornecedores	Ref.	2016	2015
Energia elétrica		176	5.413
Terceiros	(a)	176	3.425
Partes relacionadas (nota 16)	(b)	-	1.988
Encargos de uso da rede		104	91
Partes relacionadas (nota 16)		104	91
Materiais e serviços		233	875
Terceiros		233	759
Partes relacionadas (nota 16)		-	116
Total		513	6.379
Circulante		513	6.379

- (a) Em 31 de dezembro de 2016 refere-se basicamente a provisão de compra de energia no âmbito da CCEE, no montante de 2.046,90 MWh. O saldo de 31 de dezembro de 2015 refere-se à provisão de compra de energia no âmbito da CCEE, suportada pela Liminar GSF (“*Generating Scaling Factor*”).
- (b) Em 2015 houve necessidade de compra de lastro de energia, com a NC Energia, após a exclusão da UHE Presidente Goulart do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), com prazo de liquidação de 30 dias.

7. Taxas regulamentares

	2016	2015
Reserva Global de Reversão – RGR	34	54
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	21	17
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	453	282
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	5	5
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	75	55
Ministério de Minas e Energia - MME	11	9
Total	599	422
Circulante	155	145
Não circulante	444	277

8. Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
Circulante		
Imposto de renda - IR	143	144
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	110	102
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	64	-
Programa de integração social - PIS	20	15
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	94	71
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	88	81
Imposto sobre serviços - ISS	40	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	49	15
	608	428

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	537
Adição	32
Atualização	<u>77</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	646
Adição	307
Reversão	(552)
Atualização	<u>127</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>528</u></u>

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 30.249 (R\$ 27.355 em 31 de dezembro de 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. A Companhia possui um total estimado de R\$ 4.610 em processos cíveis com expectativa de perda possível, constituídas ao longo do ano de 2016.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros. A Companhia possui em total estimado de R\$ 6.993 (R\$ 6.454 em 31 de dezembro de 2015) em processos fiscais com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo Neoenergia, ajuizaram ações judiciais visando à suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu uma nova forma de rateio dos custos de despacho térmico adicional. Estes custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema - ESS. Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares que impediram o rateio dos custos. Em dezembro de 2014 houve sentença favorável, ratificando a liminar obtida, declarando, desta forma, a inexigibilidade do ESS. Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificam o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor da contingência na Companhia é de R\$ 949 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 747 em 31 de dezembro de 2015).

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhistas	144	98
Total	<u>144</u>	<u>98</u>

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária e Conselho de Administração da Companhia aprovaram as destinações dos lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PN	PNB
2016					
RCA de 13 de outubro de 2016	Dividendos intercalares	5.653	0,291267649	0,291267649	0,320394414
AGO de 28 de abril de 2016	Dividendos	3.005	0,154811656	0,154811656	0,170292822
		<u>8.658</u>			
2015					
AGO de 28 de abril de 2015	Dividendos	3.150	0,162273437	0,162273437	0,178578020
		<u>3.150</u>			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme demonstrado:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	11.215	3.005
Base de cálculo do dividendo		
Dividendos Intercalares	(5.653)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(5.562)	-
Dividendos adicionais propostos	-	(2.254)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>-</u>	<u>751</u>

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.805
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	3.114
Pagos no exercício	<u>(5.016)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	903
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	7.907
Pagos no exercício	<u>(8.648)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>162</u>

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 30.916 dividido em 30.916 ações todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	9.812	89,8	786	40,2	5.932	100,0	16.530	87,8
Iberdrola Energia S.A	560	5,1	1.039	53,1	-	-	1.599	8,5
Previ	332	3,0	99	5,1	-	-	431	2,3
Outros	226	2,1	31	1,6	-	-	257	1,4
Total	10.930	100,0	1.955	100,0	5.932	100,0	18.817	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	16.120	89,8	1.291	40,2	9.746	100,0	27.157	87,8
Iberdrola Energia S.A	917	5,1	1.709	53,1	-	-	2.626	8,5
Previ	545	3,0	164	5,1	-	-	709	2,3
Outros	376	2,1	48	1,6	-	-	424	1,4
Total	17.958	100,0	3.212	100,0	9.746	100,0	30.916	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais de ambas as classes, que não terão direito de voto, fica assegurada, na forma da lei, prioridade no reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da companhia, ficando assegurado ainda (i) às ações preferenciais “Classe A” prioridade na distribuição de dividendos mínimos, no valor de 10% sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; e (ii) às ações preferenciais “Classe B”, prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

Reserva especial de dividendos não distribuídos

De acordo com o parágrafo 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, a Administração da Companhia está propondo “ad referendum” a Assembleia dos Acionistas a constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 5.562.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Receita líquida

Receita de fornecimento de energia

A receita corresponde, majoritariamente, à receita relacionada ao contrato de venda de energia de longo prazo com a distribuidora de energia elétrica COELBA e a venda de energia no mercado de curto prazo.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos.

Receita de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pelo índice de atualização monetária IPCA.

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	<u>Ref.</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecimento de energia		30.906	27.614
Receita de geração		30.906	27.614
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(a)	3.690	740
Receita de concessão		2.139	742
Receita de construção da infraestrutura da concessão		776	877
Total receita bruta		<u>37.511</u>	<u>29.973</u>
(-) Deduções da receita bruta	(b)	<u>(2.116)</u>	<u>(1.359)</u>
Total receita operacional líquida		<u><u>35.395</u></u>	<u><u>28.614</u></u>

(a) Refere-se à venda de energia no mercado de curto prazo (CCEE), no total de 18.703,25 MWh (815 MWh em 2015).

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

(b) Deduções da receita bruta:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IMPOSTOS:		
PIS	(224)	(184)
COFINS	(1.038)	(851)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(527)	(654)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	<u>(327)</u>	<u>330</u>
Total	<u><u>(2.116)</u></u>	<u><u>(1.359)</u></u>

13. Custos com energia elétrica

	<u>MWh (*)</u>		<u>R\$</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Energia comparada para revenda				
Energia adquirida no ambiente livre – ACL	40.788	31.323	(9.326)	(12.102)
Energia curto prazo – MRE	6.424	(5.968)	(115)	66
Energia curto prazo - PLD	<u>22.789</u>	<u>14.042</u>	<u>(4.430)</u>	<u>(4.291)</u>
Total	<u><u>70.001</u></u>	<u><u>39.397</u></u>	<u><u>(13.871)</u></u>	<u><u>(16.327)</u></u>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			<u>(1.213)</u>	<u>(590)</u>
			<u><u>(15.084)</u></u>	<u><u>(16.917)</u></u>

14. Custos da operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	<u>2016</u>			<u>2015</u>
	<u>Custos dos serviços</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	-	-	-	(57)
Entidade de previdência privada	-	-	-	(4)
Material	(347)	-	(347)	(239)
Serviços de terceiros	(3.239)	(812)	(4.051)	(3.138)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(63)	-	(63)	(69)
Compensação Financeira Recursos Hídricos – CFRH	(397)	-	(397)	(1.612)
Amortização	(2.853)	-	(2.853)	(1.968)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	-	(23)	(8)
Tributos	(41)	(72)	(113)	(82)
Provisões líquidas – PCLD (reversão)	312	-	312	-
Provisões líquidas – contingências	-	245	245	(32)
Outros	(307)	(37)	(344)	(188)
Total custos / despesas	<u><u>(6.958)</u></u>	<u><u>(676)</u></u>	<u><u>(7.634)</u></u>	<u><u>(7.397)</u></u>

15. Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro de R\$ 706 em 2016 (R\$ 756 em 2015) refere-se principalmente a renda de aplicações financeiras, no montante de R\$ 1.024 (R\$ 955 em 2015) e outras despesas financeiras no montante de R\$ 318 (R\$ 199 em 2015).

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Ref.	Ativo		Passivo		Resultado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
COELBA	(a)	3.140	2.362	104	94	29.696	26.511
NEOENERGIA OPERACAO E MANUTENCAO S.A	(b)	-	-	-	116	(1.621)	(1.465)
NC ENERGIA S.A.	(c)	-	-	-	1.988	(10.398)	(11.115)
		<u>3.140</u>	<u>2.362</u>	<u>104</u>	<u>2.198</u>	<u>17.677</u>	<u>13.931</u>
Controladores							
BANCO DO BRASIL S/A	(d)	11	51	-	-	-	-
NEOENERGIA S.A		-	-	4	665	-	-
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	162	247	-	-
		<u>11</u>	<u>51</u>	<u>166</u>	<u>912</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL		<u>3.151</u>	<u>2.413</u>	<u>270</u>	<u>3.110</u>	<u>17.677</u>	<u>13.931</u>
CIRCULANTE		3.140	2.362	104	3.105	-	-
NÃO CIRCULANTE		11	51	166	5	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Fornecimento de energia elétrica referente ao contrato com a Coelba.
- (b) Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do Grupo Neoenergia.
- (c) Cobrança referente aos contratos de curto prazo de compra de energia com a NC Energia S.A..
- (d) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários – Fundos de Investimento Restrito (BB Polo 28).

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

16.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo Investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI ativos estes que estão adequados à política de aplicações de recursos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresas do próprio Grupo.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16.2 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo, incluindo a Companhia, segue o proposto em sua Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2016, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 4.361, sendo R\$ 4.304 em fundos exclusivos e R\$ 57 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2016				Acima de 5 anos
			2017	2018	2019	2020	
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	513	513	513	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco surge da possibilidade das Companhias do Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de títulos e valores mobiliários da Companhia seguem as disposições da política de crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições em primeira linha.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade de vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Esse risco é mitigado, visto que o contas a receber relevante é com uma parte relacionada.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

As operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são realizadas com instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte e de sua qualidade de crédito.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicado pelas agências Moody's ou S&P para a principal instituição financeira com a qual a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2016.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional</u>	<u>Moody's</u>
Banco do Brasil	Aa1

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2016	2015
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.439	9.412
Títulos e valores mobiliários	695	51
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	3.532	2.674
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	12.786	5.971

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

e) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,6%	4.999	167	126	85

f) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	3.532	3.532	2.362	2.362
Contas a receber de clientes e outros	3.532	3.532	2.362	2.362
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	5.134	5.134	9.463	9.463
Caixa e equivalentes de caixa	4.439	4.439	9.412	9.412
Títulos e valores mobiliários	695	695	51	51
Disponível para venda	12.786	12.786	5.971	5.971
Concessão do Serviço Público - Indenização	12.786	12.786	5.971	5.971
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	513	513	6.379	6.379
Fornecedores	513	513	6.379	6.379

A Administração do Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Notas Explicativas

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2016		Total
	Nível 1	Nível 2	
Ativos			
Ativos financeiros			
Disponível para venda			
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	12.786	12.786
Mantidos para negociação			
Caixa e equivalentes de caixa	135	4.304	4.439
Títulos e valores mobiliários	-	695	695

Notas Explicativas

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	2016		
	Data da vigência	Importância	Prêmio (R\$)
Risco Operacional – Subestações e usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	135.725	96

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

19. Fato Relevante

Em 28 de novembro de 2016 a Companhia publicou fato relevante informando ao mercado que sua acionista controladora, Neoenergia S.A., celebrou com a Contour Global do Brasil Participações LTDA. (“Contour”) Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), por meio do qual será vendida para a Contour, dentre outras participações societárias, a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Afluentes G atualmente detidas pela Neoenergia (“Operação”).

Após a conclusão da Operação, a Neoenergia deixará de deter qualquer participação no capital social da Afluentes G e a Contour adquirirá o controle societário da Companhia.

Conforme o disposto no Contrato de Compra e Venda, a conclusão da Operação está sujeita, ainda, aos termos e condições geralmente adotados nesta espécie de transação, incluindo a autorização de órgãos governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, aprovado em 16 de dezembro de 2016 e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, aprovado em 24 de janeiro de 2017 (conforme nota 20) e a realização, pela Contour, de uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações com direito a voto de emissão da Afluentes G detidas pelos acionistas da Companhia remanescentes, nos termos do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e conforme as disposições da Instrução CVM nº 361/02 (“OPA”).

20. Evento Subsequente

Em 24 de janeiro de 2017 a ANEEL, conforme resolução autorizativa nº 6.170, aprovou a transferência de controle societário da Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A., para a Contour Global do Brasil Participações Ltda, sendo o prazo para implementação dessa operação sendo estabelecido em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação dessa resolução.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui registrado ativo financeiro e intangível da concessão nos montantes de R\$12.786 mil e R\$ 23.228 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem a ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2016, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de aproximadamente R\$ 710 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esses assuntos relevantes para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para a avaliação das adições e baixas reconhecidas, e as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes.

Recalculamos também o novo valor do ativo financeiro, registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro (RJ), 22 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.,, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.620.094/0001-40, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da EY relativamente às demonstrações financeiras da Afluente G alusivas ao exercício social findo em 31.12.2016; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Afluente T relativas ao exercício social findo em 31.12.2016.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017.

Alejandro Román Arroyo

Diretor Presidente

Sandro Kohler Marcondes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eunice Rios Guimarães Batista

Diretora de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz

Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretor de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.620.094/0001-40, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da EY relativamente às demonstrações financeiras da Afluente G alusivas ao exercício social findo em 31.12.2016; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Afluente T relativas ao exercício social findo em 31.12.2016.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017.

Alejandro Román Arroyo

Diretor Presidente

Sandro Kohler Marcondes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eunice Rios Guimarães Batista

Diretora de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz

Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretor de Regulação